ARTIGO DOI 10.52781/cmm.a216

Redirecionamento da política externa em transição governamental: análise estatística da cooperação militar do Brasil entre 2015-2022

Foreign policy redirection during a government transition: a statistical analysis of Brazil's military cooperation, 2015–2022

Resumo: Este artigo avaliou se a transição governamental no período de 2015 a 2022, no sentido do espectro progressista ao conservador, gerou impactos sobre a cooperação militar com os Estados Unidos da América (EUA) e com os países do entorno estratégico brasileiro, que incluem os países vizinhos sul-americanos e os da costa ocidental africana. Os dados da cooperação militar internacional foram obtidos junto à Força Aérea Brasileira (FAB) e foram agrupados por atividades. Os testes Qui-quadrado e de Cramer verificaram, respectivamente, a hipótese de diferença significativa entre os períodos de governo e a intensidade desse resultado; indicando um aumento de atividades nos EUA, em detrimento dos demais países.

Palavras-chave: Cooperação militar; Defesa; Política externa; Relações internacionais.

Abstract: This article assessed whether the government transition from 2015 to 2022, shifting from the progressive to the conservative end of the political spectrum, had an impact on military cooperation with the United States of America (USA) and with the countries of Brazil's strategic neighborhood, which include the neighboring South American nations and those along the West African coast. Data on international military cooperation were obtained from the Brazilian Air Force (FAB) and grouped by activity. The Chi-square test was used to test for significant differences between the government periods, while Cramér's V measured the strength of the association, indicating an increase in activities with the United States at the expense of the other countries.

Keywords: Military cooperation; defense; foreign policy; international relations.

Max L. S. Barreto
Escola Superior de Guerra
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
maxlsb@gmail.com

Luiz O. Gavião
Escola Superior de Guerra
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
luiz.gaviao67@gmail.com

Sergio Kostin
Escola Superior de Guerra
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
sfkostin@gmail.com

Adriano Lauro
Escola de Guerra Naval
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
adlauro@gmail.com

Recebido: 16 dez. 2024
Aprovado: 25 jun. 2025

COLEÇÃO MEIRA MATTOS
ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833
http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index

Creative Commons Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

Governos politicamente alinhados tendem a estabelecer e ampliar parcerias entre si nas mais diferentes áreas. Entre 2004 e 2013, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), o governo brasileiro buscou o protagonismo internacional com políticas direcionadas à integração regional na América do Sul, a fim de solidificar o multilateralismo e a manutenção de uma política externa pragmática, com destaque à consolidação do BRICS (Galinari, 2019; Rodrigues; Urdinez; Oliveira, 2019; Wajner; Wehner, 2023).

A partir de 2019, com a eleição do presidente Bolsonaro e a formação de seu ministério – principalmente com a escolha do embaixador Ernesto Araújo para o cargo de ministro das Relações Exteriores –, observou-se uma reaproximação institucional com os EUA, o que elevou o país à condição de aliado fora da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e à assinatura do acordo de salvaguardas tecnológicas, entre outros fatores. Em paralelo, houve um afastamento dos países do entorno estratégico brasileiro, que envolvem os Estados sul-americanos, os países da costa ocidental da África[1] e a Antártica (Coelho; Treacy; Mello, 2023; Hirst; Valls Pereira, 2022; Wajner; Wehner, 2023). Entretanto, outros autores destacam que a política externa de Bolsonaro perdeu sustentação com a eleição de Joe Biden nos EUA, aumentando as tensões sobre clima, direitos humanos e democracia, porém sem abandonar inteiramente o discurso ideológico (Casarões; Farias, 2021; Jesus, 2022; Toni; Chaves, 2022). Pesquisas mais recentes detalharam as políticas externas dos períodos em relação aos países do Sul Global (Matos; Pietrafesa, 2024; Waisbich; Maglia, 2025), em relação às parcerias e à influência da China (Bessimo; Neto, 2024; Borges; Martins; Nagual, 2024; Mesquita *et al*., 2024) em questões ambientais (Sawicka, 2024) e sobre migrações e direitos humanos (Borges; Martins; Nagual, 2024; Dias; Ribeiro; França, 2024; Huland, 2024).

A busca pela cooperação em defesa está amparada na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). Sem desconsiderar a esfera global, a PND estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, destacando também os países com laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Brasil, 2025a). Cabe também ressaltar que a PND faz menção à significativa expansão dos gastos militares em defesa e ao acirramento da competição estratégica entre os países, capaz de conduzir a transbordamentos para os ambientes regionais, o que pode gerar impactos sobre os interesses nacionais. Nesse contexto, a participação do país em operações de paz e de ajuda humanitária (entre outros tipos de operações multinacionais), em exercícios militares com outros países e em outras atividades na área de defesa, contribui para, além do preparo das Forças Armadas, "estreitar laços de cooperação e ampliar a projeção do País no cenário internacional" (Brasil, 2025a).

A cooperação em defesa aponta para a integração com os países do entorno estratégico, para parcerias com os países amigos e para a transferência de conhecimentos e de tecnologia, capazes de alavancar o crescimento nacional, alcançar a desejada autonomia e, consequentemente, reduzir a dependência externa (Brasil, 2025a; Gonçalves; Ferreira, 2020; Oliveira; Souza, 2018).

1 Os países de interesse da costa ocidental da África incluem: Marrocos, Saara Ocidental, Mauritânia, Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Namíbia e África do Sul.

Por um lado, as empresas de defesa fomentam o avanço tecnológico do país por meio de projetos de pesquisa e inovação, fortalecendo setores estratégicos e impactando o desenvolvimento de outras áreas da economia, com empregos qualificados, investimentos em infraestrutura e crescimento econômico regional (Cai *et al*., 2023; Rezende; Blackwell; Degaut, 2018); entretanto, a participação em programas de cooperação internacional e a exportação de produtos de defesa amplia a receita nacional e consolida a posição do país no mercado global. As parcerias estratégicas por meio da cooperação militar internacional, que articulam defesa, indústria e pesquisa e desenvolvimento, garantem a modernização dos equipamentos das Forças Armadas e a qualificação do seu capital humano, além da discussão de conceitos, doutrinas, diretrizes e procedimentos de preparo e emprego da expressão militar (Brasil, 2025a; Kenkel, 2011; Rodrigues; Urdinez; Oliveira, 2019).

As análises da política externa brasileira nos anos 2000 descrevem os EUA como parceiro relevante e hegemônico, mas inserido em um cenário de crescente multipolaridade (China, Índia, União Europeia, entre outros), no qual países como o Brasil buscam diversificar parcerias em vez de aceitar um eixo único em direção a Washington (Pecequilo, 2008). Outros autores defendem que os países procuram os EUA por modernização militar, ameaça comum e afinidade política, dentro de uma rede global de cooperação, em um processo guiado por interesses estratégicos (Kinne, 2018). Na cooperação educacional e científica, a relação EUA-Brasil evolui para uma parceria estratégica pela densidade de programas e interesses mútuos, não por "naturalidade" geopolítica, segundo Toscano (2014). Considerando a premissa de que o regime presidencialista do Brasil se caracteriza pelo protagonismo na orientação da política externa do país (Brunner, 2024; Waisbich; Luiz; Faria, 2022), seria natural verificar algum tipo de alinhamento ideológico como causa do aumento ou da redução desses programas.

O redirecionamento da política externa de um país tem atraído um número crescente de estudos na academia, o que confere relevância a essa pesquisa. Diferenças ideológicas entre partidos têm impacto discernível sobre decisões em segurança, comércio e ajuda externa, sendo raras as pesquisas sobre mudança de política externa com base empírica (Haesebrouck; Joly, 2020; Hofmann, 2021; Raunio; Wagner, 2020). Na América Latina, entre 1980 e 2014, por exemplo, existem evidências de que a mudança de ideologia presidencial gerou uma mudança quase equivalente na política externa (Merke; Reynoso; Schenoni, 2020). Outros autores analisaram as mudanças na política externa por meio do dilema "*bomb or build"* (defesa versus apoio), com o argumento de que os governos mais militaristas deslocam gastos da ajuda para a defesa (Wenzelburger; Böller, 2020). Brommesson e Ekengren (2013) estudaram os efeitos das mudanças de governo no Reino Unido, em 1997 e 2010, e na Suécia, em 1994 e 2006. Suas análises indicaram que o desenho institucional é uma variável interveniente que influencia a ideologia da política externa. No Reino Unido, um país dominado por um desenho institucional majoritário, a ideologia da política externa sofreu alterações mais significativas em períodos de mudança de governo do que na Suécia, um país dominado por um desenho institucional consensual. A revisão de Haesebrouck e Joly (2020) mapeou drivers de mudança (liderança, choques externos, foco na política doméstica) e reforçou a necessidade de estudos comparativos sobre reorientações amplas, como transições entre governos ideologicamente opostos. Outros trabalhos sobre ajuda externa mostraram que o "partidarismo" afetou volumes, a composição e a setorização do apoio, ainda que com mediações institucionais e de longo prazo (Greene; Licht, 2018; Thérien; Noël, 2000; Wenzelburger; Böller, 2020).

A cooperação militar é um instrumento de diplomacia de defesa para o exercício da política externa de um país, que pode ser implementada por meio de diferentes atividades das Forças Armadas. Isto está evidenciado em estudos que definem o papel da diplomacia de defesa como uso pacífico de recursos militares, com a finalidade de fortalecer laços de defensivos e avançar objetivos da política externa nacional (Maharjan, 2023; Muniruzzaman, 2020; Oelsner; Solmirano; Tasselkraut, 2024). Para outros autores, a cooperação em defesa é descrita como um dos mais importantes instrumentos da política externa e de segurança dos Estados contemporâneos. Destacando diferentes modalidades de cooperação, a literatura identifica as seguintes atividades: educação e treinamento militar, missões de instrução e equipes de treinamento (Drab, 2018, 2022); exercícios e manobras bilaterais/multilaterais, inclusive para testar interoperabilidade e construir confiança (Drab, 2018, 2022; Maharjan, 2023; Perković; Furlan, 2025); missões de paz e humanitárias, operações no exterior, assistência em desastres e presença em coalizões (Erforth, 2020; Maharjan, 2023; Oelsner; Solmirano; Tasselkraut, 2024; Perković; Furlan, 2025); acordos de cooperação/defesa, adidos de defesa, visitas de alto nível, intercâmbio de pessoal e estágios em unidades parceiras (Baldino; Carr, 2016; Drab, 2018, 2022; Maharjan, 2023); e assistência militar, fornecimento de equipamentos e cooperação industrial, inclusive programas de modernização e treinamento associado (Drab, 2018, 2022; Paudel, 2022).

A acessibilidade aos dados ostensivos da Força Aérea Brasileira (FAB) ofereceu a oportunidade de explorar essas modalidades evidenciadas na literatura como variáveis do problema[2]. No Comando da Aeronáutica, a 2ª Subchefia do Estado-Maior é responsável pelo gerenciamento das relações internacionais da FAB. Em termos gerais, a Seção de Cooperação Militar Internacional da Aeronáutica busca atividades de integração com os países latino-americanos, com destaque para os vizinhos do Brasil, além de aproximação tecnológica e doutrinária com os EUA e alguns países da Europa. Para facilitar a coordenação das atividades, as regiões geográficas são agrupadas da seguinte maneira: América Central e América do Sul; América do Norte e África; e Eurásia e Oceania. Um grupo adicional reúne as cooperações em educação por meio do monitoramento do intercâmbio de militares em cursos de interesse (Brasil, 2025b).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo avaliar se a cooperação militar com os EUA foi estatisticamente diferente a dos países do entorno estratégico brasileiro, por ocasião da transição governamental de viés progressista ao conservador. Nesse contexto, questiona-se se os testes de hipótese rejeitam ou não a tendência de realinhamento aos EUA. O levantamento de dados correspondeu ao período entre 2015 e 2022; que compreendeu os quatro anos anteriores ao Governo de Jair Bolsonaro, de 2015 a 2018, e o seu mandato, de 2019 a 2022. A igualdade temporal dos períodos foi buscada a fim de assegurar uma comparação equilibrada.

2 A COOPERAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL

A definição de cooperação militar internacional é muito ampla e diversificada, podendo abranger diversas atividades. A colaboração e a transferência de tecnologia na indústria de defesa

2 Dados ostensivos obtidos pelos autores para uso acadêmico junto à Seção de Cooperação Militar Internacional e à Seção de Sobrevoo da 2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, em outubro de 2023.

desempenham um papel crucial no aprimoramento das capacidades militares, na redução da dependência de importações e no fortalecimento da segurança nacional e global. Por meio da cooperação internacional, os países podem compartilhar tecnologia avançada, conhecimento técnico e custos de desenvolvimento, o que não apenas aumenta a eficiência, mas também impulsiona a inovação no setor de defesa (Ariputro *et al*., 2024). Para Goldoni e Neto (2014), a cooperação militar pode significar: compra, venda, aluguel ou até doação de material militar; formação e capacitação de militares; compartilhamento de tecnologias e doutrinas militares; parcerias em projetos estratégicos; alianças militares; compartilhamento de informações; autorizações para instalações de bases militares; e fornecimento de ajuda humanitária.

Rezende (2015) afirma que a cooperação militar é uma ação essencial para a prevenção de conflitos, uma vez que ela pode facilitar a construção de confiança entre países que sejam inimigos – ou tenham a possibilidade de ser –, além de auxiliar a aprofundar as relações entre países aliados. Contudo, ele explica que essa dinâmica não é eficaz quando existem diferenças políticas consideráveis entre os países envolvidos. O autor enumera alguns fatores para o sucesso da cooperação militar: compatibilidade de valores políticos internos; visão de longo prazo, observando-se a mudança dos atores ao longo do tempo; apoio doméstico; e utilização de instrumentos multilaterais para legitimação. Nesse mesmo viés, a pesquisa de Athirah (2025) se fundamentou em mais de setenta anos de relações entre a Indonésia e a Turquia, destacando que a cooperação bilateral experimentou um crescimento significativo após o acordo de defesa de 2010. A colaboração entre esses países exemplifica um método progressivo na diplomacia de defesa, integrando a cooperação estratégica com inovações industriais. Ancorada em interesses geopolíticos compartilhados, essa colaboração levou a avanços significativos, incluindo o desenvolvimento de novos blindados e veículos aéreos não tripulados, representando marcos críticos na modernização da defesa e na autossuficiência industrial da Indonésia.

Harutyunyan e Davtyan (2019) propuseram três motivações básicas para a cooperação militar entre os países: a econômica, a operacional e a política. A motivação econômica foca na racionalização dos orçamentos reservados para a realização dos investimentos em pesquisas e desenvolvimentos de produtos militares. Outros autores também abordaram essa motivação, indicando razões de compartilhamento de custos, ganhos de escala, desenvolvimento da indústria de defesa e inovação tecnológica via cooperação e transferência de tecnologia (Ariputro *et al*., 2024; Athirah, 2025; Kinne; Peinhardt, 2024). Os benefícios econômicos foram também destacados por Ariputro *et al*. (2024), que mencionaram a criação de empregos, o desenvolvimento da indústria local e o aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento. No entanto, os autores ressaltaram desafios, como interesses nacionais divergentes, coordenação técnica e proteção da propriedade intelectual, que precisam ser abordados a fim de garantir o sucesso dos projetos colaborativos.

A motivação operacional de Harutyunyan e Davtyan (2019) está voltada para a promoção de interoperabilidade e padronização das Forças Armadas envolvidas, por meio de exercícios multinacionais, complementaridade de funções em estados-maiores e divisão do trabalho em alianças (Gannon, 2025; Grgić; Wilkins, 2025). A motivação política se evidencia com o estreitamento e a fortificação das alianças com outros países. Segundo os autores, a cooperação na indústria de Defesa é acompanhada pela intensificação das trocas tecnológicas militares, resultando no surgimento de um problema crítico: o aumento da interdependência entre os países em cooperação.

Outros autores desenvolveram esse tema, com foco sobre a consolidação de alianças, as redes de tratados de cooperação em defesa e o alinhamento frente a rivais estratégicos, como EUA-Índia, China-Rússia, entre outros (Ji; Wu, 2025; Lou, 2024; Robinson, 2025; Tsebenko *et al*., 2024). Outros, porém, recordaram a função ambivalente das alianças, que podem trazer segurança, mas também agravar conflitos e dificultar a cooperação regional, a exemplo dos casos Otan-Rússia e das alianças dos EUA na Ásia, além dos desafios políticos, jurídicos e financeiros de alianças modernas no espaço euro-atlântico, como a Otan, a Cooperação Estruturada Permanente (Pesco) e a Cooperação Nórdica em Defesa (Nordefco) (Tsebenko *et al*., 2024; Zou, 2024).

Para Kinne e Peinhardt (2024), o potencial de influência mútua ou "transbordamento" entre a cooperação econômica e a de segurança é uma área de interesse de longa data tanto para formuladores de políticas quanto para acadêmicos. Para os autores, as abordagens teóricas e empíricas existentes sobre o transbordamento econômico-segurança se concentram nas influências em nível bilateral. No caso dos tratados bilaterais de investimento, os governos seguem uma estratégia de hierarquia em rede que lhes permite influenciar a elaboração do tratado e proteger suas empresas. Já nos acordos de cooperação em defesa, os Estados priorizam uma estratégia de comunidade em rede, focada na reunião de bens de segurança coletiva entre grupos de colaboradores com interesses em comum. Os autores destacaram que quando essas estratégias de rede se complementam, promovem o transbordamento cooperativo entre economia e segurança; quando entram em conflito, porém, inibem a disseminação de benefícios, de modo que a parceria em questões econômicas ou de segurança desestimula a na área temática oposta.

Keohane (2018) cita a União Europeia no caso da cooperação militar internacional, apresentando as dificuldades de conciliação de interesses existentes neste campo. O autor explica que a França, por exemplo, apresenta maior interesse em políticas eficazes para cada estrutura particular, estando pronta para iniciar intervenções militares a nível global, enquanto a Alemanha se mostra mais voltada para desenvolver processos de cooperação militar, estando propensa a participar somente em coalizões, sendo mais reativa. Paralelamente, a Itália e a Polônia são favoráveis à cooperação militar europeia: a Itália, para estabilizar os conflitos existentes nos países ao sul, e a Polônia, para manter uma linha de defesa contra a Rússia no leste europeu.

Araújo (2008) ratifica as ideias de Harutyunyan e Davtyan (2019) e de Keohane (2018) ao analisar a aproximação e o afastamento do Exército Brasileiro da cooperação militar com a França. Segundo o autor, grande parte da cooperação militar está ligada ao comércio de armamento e equipamentos militares, além dos interesses políticos e estratégicos das nações. Como exemplo, ele cita a aproximação dos EUA junto ao Brasil durante a 2ª Guerra Mundial, por temer o aumento da influência nazista na América do Sul, principalmente sobre a Argentina e o Brasil. Do lado brasileiro, o principal motivo dessa aproximação foi o interesse na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o que deteriorou as antigas relações militares com a França.

Muthanna (2006) destaca o papel da cooperação militar como facilitador da criação de um ambiente de paz e estabilidade regional, auxiliando na manutenção das Forças Armadas e adequando os gastos realizados. O autor reforça que as ações de cooperação realizadas não podem prejudicar a capacidade de defesa do país, enumerando cinco fatores a serem observados: garantia e aumento da segurança externa e interna; aumento dos recursos próprios de defesa e militares; prejuízo nulo aos interesses nacionais e à capacidade de ação militar independente; relação aos

recursos demandados e às alianças firmadas; e, por último, compatibilidade com outros vínculos do país (alianças, tratados, entre outros).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PERÍODOS DE GOVERNO

A cooperação militar é diretamente impactada pelo contexto das relações internacionais entre os Estados, sendo necessário avaliar a situação política de cada momento (Milani, 2021; Rezende, 2015; Vidigal; Bernal-Meza, 2020). Nesse contexto, a transição governamental brasileira entre 2015 e 2021 caracterizou dois períodos distintos[3].

3.1 Período entre 2015 e 2018

Esse intervalo foi governado por Dilma Rousseff até agosto de 2016, e por seu vice-presidente, Michel Temer, até janeiro de 2019. Silva (2019) explorou a teoria de Charles Hermann[4] para avaliar a mudança da política externa no momento de transição entre tais governos. O autor destaca a importância do presidente Temer no processo de mudança da política externa, principalmente por ter sido responsável pela escolha do chanceler que iria coordenar os esforços neste campo. Silva (2019) explica, ainda, que a queda dos preços das commodities, a diminuição das exportações para a China, a eleição de Donald Trump nos EUA, a eleição de governantes de centro direita na América do Sul e o *Brexit* constituíram os principais fatores externos da instabilidade internacional que favoreceu o impeachment da presidente Dilma e a mudança na política externa brasileira.

Para Galinari (2019, p. 195), a era do PT foi marcada pela combinação entre princípios ideológicos e políticas que já estavam em curso desde a redemocratização do país, tornando essa guinada à esquerda mais suave em relação à política externa. O autor apontou cinco aspectos principais que se destacaram na política externa neste período: a busca pelo protagonismo internacional; a luta pelo estabelecimento de uma liderança no Sul; a liderança no processo de integração regional na América do Sul; o esforço para reforçar o multilateralismo (destacando-se a consolidação do BRICS); e a manutenção de uma política externa pragmática, mesmo com a presença da ideologia de esquerda.

3 Aqui cabe uma explicação adicional sobre a divisão dos períodos adotada nesta pesquisa, a despeito da ausência de limites claros de estanqueidade entre as ideologias desses períodos, conforme salientou Vidigal (2019). Para fins metodológicos, optou-se por dividir a análise em dois períodos de quatro anos cada (2015-2018 e 2019-2022), assegurando equilíbrio temporal e comparabilidade estatística entre os intervalos. Embora o primeiro período tenha incluído a transição entre os governos Dilma Rousseff e Michel Temer, os autores assumem que essa escolha permite observar de forma integrada os efeitos da instabilidade política e da reorientação gradual da política externa, sem fragmentar a série histórica em intervalos desiguais. Ademais considerando que em pesquisas empíricas nem sempre se dispõe da totalidade dos dados ideais, buscou-se a melhor forma de ajustar a homogeneidade dos períodos, de modo a reduzir vieses e fortalecer a robustez dos testes estatísticos (Qui-quadrado e *V* de Cramer). A indicação dessa limitação metodológica também foi incluída na última seção deste trabalho. Assim, a comparação não se restringe a governos específicos, mas a blocos temporais equivalentes, o que confere validade aos resultados e permite captar diferenças estruturais entre fases de orientação progressista e conservadora.

4 Segundo Charles Hermann, existem quatro fontes de mudança na política externa de um país: o líder e seu poder político; a burocracia com sua corrente institucional; a reestruturação doméstica, com segmentos que impulsionam as mudanças; e, por último, choques externos com capacidade de impactar o cenário nacional.

Miranda (2019) registra a queda desta sistemática durante o segundo governo de Dilma Roussef. Segundo o autor, o aumento da presença da China no continente sul-americano e fatores internos implicaram a redução das viagens presidenciais aos seus vizinhos, com redução da liderança regional. Para Barros e Gonçalves (2019), a liderança regional do Brasil apresentou retração a partir de 2013, observando-se passividade e relativa omissão em 2015 e 2016.

Segundo Silva (2019), rompendo com a era do PT, o governo Temer nomeou José Serra e, posteriormente, Aloysio Nunes, ambos senadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para o Ministério das Relações Exteriores, o que resultou em uma mudança nos rumos da política externa brasileira. O autor cita várias vezes em seu artigo a expressão "desideologização[5] da política externa", que é corroborada por Saraiva (2020), porém contestada por Galinari (2019), o qual afirma não ter ocorrido o rompimento com a ideologia de esquerda, mas sim uma guinada para a direita. Em sua pesquisa, o autor argumenta que os princípios ideológicos do PT se combinaram com políticas já em curso desde a redemocratização, o que tornou a transição relativamente suave. Assim, em vez de uma ruptura, ocorreu uma mudança gradual de orientação, marcada por maior pragmatismo e pela adoção de posturas mais conservadoras na política externa, especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Jair Bolsonaro.

Silva (2019, p. 34) constata que "as ações de Temer visaram sustentação doméstica, com uma força legitimadora externa com a ideia de um governo responsável política e economicamente, sendo legitimadora do rito do impeachment". O autor finaliza esclarecendo que, entre os quatro pontos defendidos por Charles Hermann (liderança, burocracia, realinhamento das forças domésticas e choques externos), somente os dois últimos realmente ajudaram na mudança da política externa. A burocracia (representada pelo MRE) teria agido em sentido oposto, numa postura de resistência, associando-se à falta de liderança para apoiar as ideias e iniciativas da diplomacia brasileira. Tal fato resultou em "um estado de impasse e de espera em meio ao cenário internacional instável e à proximidade das eleições de 2018" (Silva, 2019, p. 35).

Miranda (2019, p. 131) acrescenta que houve um não reconhecimento do processo de impeachment pela Unasul, o que favoreceu a diminuição do interesse brasileiro na região. O autor cita ainda o posicionamento brasileiro contrário à situação da Venezuela e à sua posterior suspensão do Mercosul, fato que ratificou o esvaziamento das iniciativas para a integração regional sob a liderança do Brasil. Esse "vácuo de poder", deixado pelo governo brasileiro neste período, favoreceu o surgimento de iniciativas fracionadas dos países vizinhos, destacando-se a criação do Grupo de Lima[6] e a criação do Fórum Prosul (Barros; Gonçalves, 2019).

Moreira (2020) ressalta, ainda, a priorização dos temas comerciais (captação de investimentos e produção de acordos comerciais) e a retomada do tema "segurança fronteiriça" como destaques da política externa brasileira no governo Temer.

5 No trecho citado, o termo "desideologização" é usado para indicar a tentativa de retirar da política externa brasileira uma orientação explícita baseada em alinhamentos ideológicos (como o viés progressista dos governos do PT). Em outras palavras, significa conduzir a diplomacia com maior pragmatismo, priorizando objetivos econômicos e de legitimidade internacional em vez de pautas vinculadas a uma ideologia específica (Saraiva, 2020; Silva, 2019).

6 O Grupo de Lima surgiu em 08 de agosto de 2017 com a finalidade de buscar uma solução para a crise venezuelana, não sendo caracterizado como uma organização internacional, mas sim como um mecanismo *ad hoc*. Doze países participaram da reunião incial e assinaram a Declaração de Lima: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Canadá, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Outros países foram incorporados às declarações na medida em que participavam das reuniões (Barros; Gonçalves, 2019, p. 15)

3.2 Período entre 2019 e 2022

No período de transição entre o Governo Temer e o Governo Bolsonaro, Van Klaveren (2020) realizou uma análise na América Latina e constatou um nacionalismo exacerbado e crescente na região, o que causou a rejeição da delegação de soberania e da institucionalidade internacional, reduzindo as características de cooperação multilateral. Além da América Latina, o autor observou que esse afastamento se iniciou com os EUA, que anteriormente havia baseado sua política externa e de cooperação por meio da defesa dos direitos humanos e da promoção da democracia. Tal fato também foi observado com o Reino Unido, outrora na vanguarda da globalização.

Van Klaveren (2020) reforçou que a América Latina sempre esteve na vanguarda da cooperação multilateral, principalmente nas áreas de direitos humanos, direito penal internacional, proibição do uso da força, direito do mar, sistema antártico, comércio internacional, meio ambiente e proibição do uso de armas nucleares, representando uma característica essencial de sua inserção no sistema internacional. O autor destaca que a crise do multilateralismo reflete uma erosão nas instituições regionais de cooperação, ratificando um aumento no grau de desconfiança nessas instituições, sendo amplificada ou atenuada de acordo com o governo do momento.

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, verificou-se uma guinada radical à direita na política externa brasileira, confirmando-se um rompimento com os objetivos do governo anterior. Galinari (2019, p. 208) argumenta que a nova política externa brasileira adotou uma postura alinhada e submissa aos interesses dos EUA. Isso teria ficado evidente na condução de temas como a crise venezuelana, a questão migratória, o conflito árabe-israelense e a atuação no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Essa submissão teria aproximado o governo Trump ao governo Bolsonaro, em uma intensidade não vista havia décadas. Galinari (2019) destacou, ainda, outras iniciativas do governo Bolsonaro: distanciamento de antigos aliados ligados à esquerda; aproximação de países governados por grupos de direita ou extrema direita; revisão da importância dada anteriormente ao multilateralismo e à integração regional; e mudança brusca na posição do Brasil em relação à questão árabe-israelense.

Guimarães *et al*. (2023) acrescentam que, juntamente com Bolsonaro, cinco tendências políticas também ascenderam ao poder: a ideológica, a evangélica, a do agronegócio, a militar e, por fim, a neoliberal. O primeiro grupo é identificado por seguidores de Olavo de Carvalho[7], que defendem ideais ultraconservadores de política externa. A ala evangélica, por sua vez, possuía foco no estreitamento das relações com Israel. Já o setor do agronegócio lutava pelo relaxamento das políticas de preservação do meio ambiente, buscando a garantia de um comércio internacional estável, principalmente em relação à China. A vertente militar desejava um nacionalismo forte, com foco na questão de soberania, sobretudo em relação à Amazônia. Por último, a corrente

7 Olavo de Carvalho (1947–2022) foi um escritor e polemista brasileiro, conhecido por sua atuação como filósofo autodidata e por seu papel como ideólogo da nova direita no Brasil. Radicado nos Estados Unidos a partir dos anos 2000, tornou-se referência para setores ultraconservadores, especialmente por meio de cursos online e publicações nas quais defendia posições anticomunistas e críticas ao globalismo. Sua influência foi decisiva na formação do grupo ideológico que ascendeu com Jair Bolsonaro, já que muitos de seus seguidores ocuparam cargos estratégicos no governo e difundiram sua visão de política externa marcada pelo alinhamento aos EUA e pela rejeição ao multilateralismo (Casarões; Farias, 2021; Zambello; Silva; Di Carlo, 2021).

neoliberal almejava o ingresso do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da realização de reformas voltadas ao mercado.

Galinari (2019) e Vidigal e Bernal-Meza (2020) enumeraram as principais ações do governo Bolsonaro que marcaram a sua política externa: o posicionamento contrário ao multilateralismo; o afastamento de países ligado ao PT (Venezuela, Cuba, Nicarágua etc.) e o retorno às parcerias tradicionais (EUA, Europa ocidental); a retirada do país da Unasul e ingresso no Prosul; o alinhamento aos EUA (apoio às restrições imigratórias, compra de trigo americano e criação de escritório de negócios em Jerusalém); o tratamento do Mercosul como tema secundário; e a redução da importância dada à Argentina, transferindo a para o Chile.

Moreira (2020) afirma que a Política Externa Brasileira do governo Bolsonaro foi caracterizada pela ruptura de procedimentos diplomáticos, pautando-se no discurso de "desideologização", com foco na economia e na segurança nas fronteiras. O autor também destacou a mensagem do presidente Bolsonaro ao Congresso Nacional, elencando os principais tópicos de seu governo no tocante à política externa: assuntos estratégicos; diplomacia bilateral e multilateral; integração regional; comércio exterior e diplomacia econômica; comunidades brasileiras no exterior e fluxo migratório; cooperação internacional; e segurança, defesa e inteligência.

Vidigal (2019) e Lima e Albuquerque (2022), por outro lado, defendem que a principal característica da política externa do governo Bolsonaro foi o alinhamento "caudatário" do país ao governo americano e à sua política externa, declarando que "pode-se inferir que houve entendimento prévio entre Trump e Bolsonaro, por meio de assessores e familiares, tornando a política externa brasileira um espelhamento forçado da política externa norte-americana" (Vidigal, 2019, p. 5).

Segundo Vidigal (2019), percebe-se uma continuidade entre o governo Temer e o governo Bolsonaro, destacando-se, neste último, um alinhamento "acrítico" e sem reciprocidade com os EUA, mediante a assimilação de da política externa norte-americana: a guerra comercial e tecnológica com a China, o diálogo com Taiwan, a sintonia com Israel e a oposição ao governo de Maduro na Venezuela (p. 15). Para Vidigal e Bernal-Meza (2020), Bolsonaro apresentou uma mudança nos rumos iniciais de sua política externa devido à crise na Venezuela e aos interesses do agronegócio no mercado chinês. Eles acrescentaram que o ingresso na China na economia política da América do Sul havia deslocado o Brasil de seu lugar no Mercosul, enfraquecendo a liderança regional brasileira.

4 MODELO ESTATÍSTICO

Para o tratamento dos dados obtidos neste trabalho, optou-se pelo desenho metodológico proposto pelos cientistas políticos Kellstedt e Whitten (2018)[8]. Esses autores defendem

8 O livro *The Fundamentals of Political Science Research* (Kellstedt; Whitten, 2018) é adotado em cursos de metodologia de Ciência Política em universidades de referência nos EUA e na Europa, especialmente em programas de graduação e pós-graduação que enfatizam métodos quantitativos, sendo considerado uma das principais referências para a introdução ao desenho de pesquisa e à análise causal. Entre as principais instituições que utilizam a obra estão a Harvard University, a University of Michigan, a University of California, Berkeley, a Texas A&M University, a London School of Economics, Ia University of Oxford, a University of Essex e a Sciences Po Paris. Por seu reconhecimento internacional, sua clareza didática e a integração entre teoria e método – ao mostrar como hipóteses causais devem ser sustentadas por lógica teórica antes de serem testadas estatisticamente –, o livro é adotado na disciplina de Metodologia da Pesquisa na Escola Superior de Guerra (ESG) e serviu de referencial teórico para esta pesquisa.

que uma teoria causal em ciência política não se apoia exclusivamente em testes estatísticos. Os autores destacam que há quatro formas de avaliar uma relação causal: três de natureza conceitual e apenas uma de caráter estatístico. As avaliações conceituais envolvem a verificação da clareza da teoria, a plausibilidade lógica do mecanismo causal e a consistência empírica preliminar com o fenômeno observado. O teste estatístico, por sua vez, é apenas uma ferramenta adicional que permite verificar se os dados rejeitam ou não a hipótese nula de ausência de relação entre causa e efeito.

Nesse sentido, o teste de hipótese não deve ser entendido como uma "prova definitiva" da teoria, mas como um instrumento que auxilia na avaliação da sua validade. Ele não a confirma, apenas indica se os dados disponíveis são consistentes com a expectativa de relação causal. A rejeição da hipótese nula sugere que há evidência estatística de associação entre as variáveis da teoria causal, mas não elimina a necessidade de sustentação teórica e conceitual. Da mesma forma, a não rejeição não invalida a teoria, podendo refletir limitações de dados, de mensuração ou de desenho de pesquisa (Kellstedt; Whitten, 2018).

Assim, nesta pesquisa, os testes Qui-quadrado e de Cramer são utilizados como parte de um processo mais amplo de avaliação causal. Eles permitem verificar se existem diferenças significativas entre os períodos analisados, mas sua interpretação depende da articulação com os fundamentos teóricos da política externa e da diplomacia de defesa. Em outras palavras, o teste estatístico é um componente importante, mas não autossuficiente: ele deve ser lido em conjunto com a teoria e com os indicadores escolhidos, reconhecendo tanto suas possibilidades quanto suas limitações (Kellstedt; Whitten, 2018).

Vários trabalhos mostram que o alinhamento com os EUA se tornou um eixo estruturante da política externa de Bolsonaro, com laços pessoais e ideológicos com Donald Trump, inclusive na agenda de defesa e segurança (Hirst; Valls Pereira, 2022; Jesus, 2022; Vidigal; Bernal-Meza, 2020). Esse alinhamento foi descrito como um "*automatic alignment*" com os EUA e regimes ideologicamente próximos, rompendo com a tradição de autonomia (Vidigal, 2019). Outras análises destacaram também o papel de redes transnacionais da extrema direita e da família Bolsonaro na articulação com aliados conservadores internacionais (Casarões; Belém-Lopes, 2025; Casarões; Farias, 2021).

Essa dinâmica originou uma teoria causal, relacionando o aumento das interações com os EUA a uma possível redução dos eventos de cooperação em defesa com os países do entorno estratégico. Antes de ser submetida à avaliação quantitativa, essa teoria passou pelos testes conceituais propostos por Kellstedt e Whitten (2018): clareza teórica, plausibilidade lógica e consistência empírica preliminar. Somente após essa etapa os dados foram utilizados para a aplicação dos testes de hipótese, que não confirmam nem provam a teoria, mas indicam se a diferença observada nos indicadores rejeita ou não a hipótese nula. A etapa quantitativa da análise de uma teoria causal robustece o estudo, pois os indicadores empíricos são valiosos para auxiliar a argumentação em ciência política, oferecendo evidências adicionais que fortalecem ou desafiam a relação causal delineada.

Para o teste de hipótese, foram usados os dados disponibilizados pelo Comando da Aeronáutica, com intervalo temporal entre 2015 e 2022. O período entre 2015 e 2018 foi intitulado "Governo 1", enquanto o período entre 2019 e 2022 foi denominado "Governo 2", atendendo

às restrições da base de dados consultada e aos cuidados metodológicos com a homogeneidade temporal dos períodos.

Os indicadores selecionados foram utilizados como variáveis empíricas para testar a hipótese de redirecionamento da política externa. A lógica é que, se tais atividades se concentram de forma crescente nos Estados Unidos em detrimento dos países do entorno estratégico, é razoável considerar a hipótese de alinhamento conservador ao eixo norte-americano; caso contrário, a hipótese é rejeitada. Dessa forma, os indicadores traduzem a orientação política dos governos analisados em dados observáveis, permitindo que os testes estatísticos avaliem diferenças significativas entre os períodos.

Foram coletados dados de cooperação militar internacional, agrupados por: cursos, estágios e conferências; intercâmbios; operações e manobras; reuniões e visitas/outros. Essas informações abrangeram as atividades realizadas tanto no Brasil quanto no exterior, detalhando-se aquelas que estavam planejadas e as que foram realmente executadas. A contagem de cada grupo considerou as missões ou ações em si, e não o número de países ou unidades militares participantes em cada atividade. Assim, por exemplo, 10 unidades alocadas a cursos significam 10 cursos realizados, independentemente do número de atores envolvidos em cada um deles.

Foram também levantadas as informações sobre os voos oficiais realizados por países amigos, com suas respectivas aeronaves, que pousaram no Brasil nesses dois períodos. Essa variável foi medida pela presença de aeronave militar estrangeira no território nacional e seu posterior retorno ao país de origem, independentemente do efetivo de passageiros a bordo ou do tempo de permanência. Por solicitação do Comando da Aeronáutica, os dados brutos foram omitidos neste artigo.

Os testes de hipótese foram efetuados por meio do teste do Qui-quadrado ($\chi 2$) – que avalia a significância estatística comparando as frequências observadas e esperadas dos dados – e do teste de Cramer (C_V), utilizado para verificar a força dessa relação. É possível, por exemplo, que o teste Qui-quadrado indique a existência de relação entre as variáveis; porém, esta pode ser fraca o suficiente para não possuir relevância na análise ou na tomada de decisão.

A aplicação do Qui-quadrado para a validação de hipóteses em problemas de política externa é comum na literatura de ciência política. Bryan e Tama (2024), por exemplo, investigaram a polarização de candidatos eleitos nos EUA em debates de política externa sobre problemas internacionais e domésticos. Na mesma linha, Wang *et al*. (2023) recorreram a esse procedimento para avaliar o efeito de visitas diplomáticas de autoridades de grandes potências em países em desenvolvimento. Já Rosendorf (2023) analisou o impacto dos interesses nacionais sobre a cooperação internacional por meio de alianças formais e parcerias estratégicas. Outros estudos abordaram temas globais, como Bunyavejchewin e Sirichuanjun (2021), que pesquisaram sobre a influência do tipo de regime político no combate à pandemia da COVID-19 e se a qualidade da governança afetou essas medidas em nível nacional, e McLean e Whang (2014), que analisaram a formulação de política externa voltada a sanções econômicas para extrair concessões, identificando uma tendência de aplicação dessas retaliações com ações menos prejudiciais a grupos de interesses. Ademais, a associação metodológica aqui proposta também encontra respaldo em trabalhos como os de Brown *et al.* (2023), Gibson, Stillman e Le (2008) e Smith (2000), nos quais os autores também aplicaram o de Cramer (C_V) de forma complementar à análise não paramétrica.

A Equação (1) indica sua fórmula de cálculo, em que ∑ representa o somatório, "O", as frequências observadas e "E", as esperadas.

$$\chi^2 = \sum \frac{(O-E)^2}{E} \quad (1)$$

O resultado da Equação (1) indica que a estatística de teste será cada vez maior na medida em que a diferença entre os dados observados e esperados também se ampliar. Esse resultado é comparado a um valor crítico correspondente ao nível de significância definido previamente. Caso o valor calculado seja maior do que o valor crítico, rejeita-se a hipótese nula, inferindo-se que há associação estatisticamente significante entre as duas variáveis. Caso contrário, a relação não encontra respaldo estatístico.

Para determin ar o valor crítico, calcula-se inicialmente o grau de liberdade (gl), conforme a Equação (2), considerando-se "r" linhas e "c" colunas da tabela de contingência:

$$gl = (r-1) \cdot (c-1) \quad (2)$$

A tomada de decisão no teste Qui-quadrado depende da comparação entre o índice alfa – estabelecido com referência ao nível de significância escolhido – e o valor-p resultante da análise. Em geral, adota-se o alfa de 0,05, o qual representa um nível de confiança de 95%. Sempre que o valor-p for menor que alfa, rejeita-se a hipótese inicial (ou nula), havendo evidências de que a hipótese alternativa é estatisticamente viável. Caso o valor-p seja maior que o índice alfa, não se rejeita a hipótese nula, por não haver elementos para assumir a validade da hipótese alternativa (Kellstedt; Whitten, 2018).

A estatística de teste do Cramer (CV) é calculada conforme a Equação (3), em que "χ^2" é o valor obtido no Qui-quadrado, "n" representa o total de instâncias (frequências) coletadas e "min" indica o valor mínimo entre o número de linhas menos um (r-1) ou o número de colunas menos um (c-1) da tabela (McHugh, 2013).

$$C_v = \sqrt{\frac{\chi^2}{n\,(\min{(c-1),(r-1)})}} \quad (3)$$

Segundo Dai *et al.* (2021), os resultados podem ser agrupados nas seguintes classes:

- Valor de $C_V > 0{,}05$ – relação fraca entre as variáveis;
- Valor de $C_V > 0{,}10$ – relação moderada entre as variáveis;
- Valor de $C_V > 0{,}15$ – relação forte entre as variáveis; e
- Valor de $C_V > 0{,}25$ – relação muito forte entre as variáveis.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi realizada com base nos dados coletados, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Dados coletados

Ações de Cooperação Militar Internacional	EUA		Entorno Estratégico	
	Gov1	Gov2	Gov1	Gov2
Total de cooperações planejadas	287	152	926	632
Total de cooperações executadas	200	157	603	275
Índice de cancelamento (total de cooperações)	30%	-3%	35%	56%
Frequência de voos	372	361	627	421
Redução de voos em relação ao Governo 1	xxx	3%	xxx	33%
Cursos, estágios, conferências planejadas	91	90	427	493
Cursos, estágios, conferências executadas	61	75	224	148
Índice de cancelamento (cursos, estágios, conferências)	33%	17%	48%	70%
Intercâmbios planejados	44	42	136	64
Intercâmbios executados	22	31	69	35
Índice de cancelamento (intercâmbios)	50%	26%	49%	45%
Operações e manobras planejadas	14	9	21	18
Operações e manobras executadas	10	10	20	6
Índice de cancelamento (operações e manobras)	29%	-11%	5%	67%
Reuniões planejadas	40	6	104	16
Reuniões executadas	39	11	103	24
Índice de cancelamento (reuniões)	3%	-83%	1%	-50%
Visitas e outros eventos planejados	98	5	238	41
Visitas e outros eventos executados	68	30	187	62
Índice de cancelamento (visitas e outros eventos)	31%	-500%	21%	-51%

Fonte: Brasil (2025c).

Os resultados dos testes Qui-quadrado e de Cramer constam na Tabela 2:

Tabela2 – Resultados estatísticos relevantes

Cooperação Militar Internacional da FAB					
Item da cooperação	Teste X^2	p-valor (referência 0,05)	Mudança de Governo alterou a orientação?	Teste de Cramer	Força da relação entre variáveis
Todas as atividades executadas	17,323	3,153e-05	Sim	0,1203	Moderada / Forte
Frequência de voos	14,066	0,0001765	Sim	0,09002	Moderada
Cursos, estágios, conferências executadas	8,9297	0,002806	Sim	0,1599	Forte
Intercâmbios planejados	6,605	0,01017	Sim	0,1599	Forte
Intercâmbios executados	7,8981	0,004949	Sim	0,2379	Muito Forte
Operações e manobras executadas	2,5228	0,1122	Não (p-valor > 0,05)	0,2802	Muito Forte
Reuniões executadas	0,066024	0,7972	Não (p-valor > 0,05)	0,03507	Muito Fraca
Visitas planejadas e outros eventos	5,9806	0,01446	Sim	0,1342	Moderada / Forte

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os índices de cancelamento negativos, indicados nas células hachuradas, representam mais atividades executadas do que planejadas. Essa ampliação de atividades de cooperação militar internacional – especificamente do total e de operações/manobras, reuniões, visitas/outros eventos – ocorrereu somente na gestão Bolsonaro. Em relação ao total de atividades de cooperação, na Tabela 1, cabe ainda ressaltar que houve acréscimo de eventos com os EUA (-3%) e maior redução com os países do entorno estratégico (56%). Na Tabela 2, verifica-se que as atividades executadas com os EUA foram significativamente diferentes em relação às dos países do entorno estratégico brasileiro; logo, a transição governamental teve impacto nesse direcionamento da cooperação militar da FAB, com intensidade moderada a forte.

Em relação à frequência de voos, enquanto a redução dessa atividade com os EUA no governo Bolsonaro foi de 3%, a redução para os países do entorno estratégico brasileiro foi mais de dez vezes superior (33%) no mesmo governo (Tabela 1). Essa redução foi estatisticamente significativa, indicando que a transição governamental alterou essa atividade de cooperação militar com intensidade moderada, conforme indicado na Tabela 2.

No que tange aos cursos, estágios, conferências executadas, também ficou evidente o impacto da nova orientação aos EUA, visto que a redução de atividades com esse país foi de 17%, enquanto a do entorno estratégico atingiu 70% (Tabela 1). Sob o ponto de vista estatístico, o teste de hipótese apoiou essa tendência com intensidade forte (Tabela 2). As atividades de intercâmbio seguiram um comportamento similar às demais, mostrando uma redução maior para os países do entorno estratégico brasileiro (45%), conforme os resultados dos testes de hipótese, com intensidade forte e muito forte (Tabela 2).

As operações e manobras com o governo norte-americano revelam aumento de 11% no governo Bolsonaro, em detrimento da redução de 67% dessas atividades com os países do entorno estratégico (Tabela 1). Entretanto, os testes de hipótese não indicaram diferença significativa em relação ao governo do PT (Tabela 2), o que não credencia essa variável para apoiar, isoladamente, o argumento da reorientação estratégica em direção aos EUA. O mesmo comportamento se verifica em relação às reuniões (Tabela 1), pois os testes estatísticos não registraram diferença significativa entre os governos, exibindo uma intensidade de conclusão muito fraca (Tabela 2). Contudo, ao associar o teste de Cramer ao expressivo aumento de reuniões com Washington (83%), torna-se lícito assumir a contribuição dessa variável para apoiar o argumento de que a transição governamental provocou uma reorientação estratégica, caracterizada pelo afastamento dos países do entorno estratégico brasileiro e pela aproximação com os Estados Unidos.

Por fim, as visitas e outros eventos de cooperação militar indicaram um aumento de 500% nas atividades com os EUA durante o governo Bolsonaro, resultado corroborado pelos testes de hipótese com intensidade moderada a forte.

O conjunto desses resultados provê evidências suficientes para assumir que a transição governamental provocou um realinhamento estratégico-militar com os EUA, identificado por meio dos dados da FAB. Isto também evidencia o poder de um Presidente em direcionar o processo de mudança da política externa. O período Lula e Dilma foi marcado pelo multilateralismo, enquanto o período subsequente caracterizou-se pelo bilateralismo, priorizando os EUA em detrimento dos demais países.

6 CONCLUSÃO

O artigo teve por objetivo avaliar se a cooperação militar com os EUA foi estatisticamente diferente a dos países do entorno estratégico brasileiro, por ocasião da transição de um governo de viés progressista para um de viés conservador. A Política Nacional de Defesa destaca a prioridade de cooperação e integração com os países sul-americanos e os do entorno estratégico brasileiro, promovendo o intercâmbio necessário ao desenvolvimento de Forças Armadas preparadas e equipadas.

Foram levantados dados sobre as atividades de intercambio da FAB entre 2015 e 2022, incluindo cursos, estágios, conferências, intercâmbios, operações e manobras militares, reuniões de alto nível, visitas realizadas, sobrevoo e pouso das aeronaves estrangeiras no país. Esses dados foram agrupados e analisados estatisticamente, utilizando-se o teste do Qui-quadrado e o teste de Cramer. Verificou-se a alteração na orientação estratégica da cooperação internacional da FAB na maioria das atividades pesquisadas.

Esse redirecionamento foi coerente com a postura da nova gestão, confirmando o papel protagonista que o presidente exerce sobre a política externa. Entretanto, a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa são claras quanto à priorização da integração regional, com destaque ao entorno estratégico do país. Os mesmos documentos enfatizam a busca pelo intercâmbio com nações de maior interesse estratégico, principalmente do ponto de vista tecnológico. A pesquisa revelou que as atividades executadas de cursos, estágios, conferências e intercâmbios priorizaram os EUA, em detrimento do entorno regional.

Outro ponto importante a ser registrado foi a ocorrência da pandemia de coronavírus entre 2020 e 2023. Em consequência das restrições de mobilidade impostas mundialmente, os dados deste período foram naturalmente reprimidos. Mesmo assim, diversas atividades de cooperação militar foram ampliadas, sendo lícito supor que as diferenças a favor dos EUA seriam ainda maiores em período de normalidade.

Apesar de a divisão em períodos iguais ter assegurado equilíbrio estatístico na análise, reconhece-se que os limites ideológicos entre 2015-2018 e 2019-2022 não são totalmente estanques, conforme apontado por Vidigal (2019). Essa sobreposição exige cautela na interpretação dos resultados, que devem ser entendidos como tendências estruturais da política externa brasileira, e não como rupturas absolutas. Isto corrobora com os argumentos de Galinari (2019). É importante também reconhecer que os resultados refletem apenas a dimensão da cooperação militar registrada pela FAB, não abrangendo toda a política externa brasileira. Ademais, fatores externos ao controle doméstico e a própria natureza dos testes estatísticos – que indicam associação, mas não causalidade definitiva – exigem cautela na interpretação. Assim, os resultados devem ser entendidos como tendências estruturais, sujeitas às restrições de dados e ao recorte institucional adotado.

Novas perspectivas surgem a partir dessa pesquisa, comportando complementações e aprofundamentos. De imediato, poderia ser realizado o mesmo levantamento na Marinha e no Exército, verificando se houve novo alinhamento ideológico generalizado nas ações de cooperação militar ou se permaneceu o pragmatismo militar tradicional das Forças. Também é possível verificar se ocorreu o mesmo alinhamento em outras ações de cooperação fora do campo de defesa.

Outro ponto passível de investigação em trabalhos futuros é a influência dessa aproximação sobre outros parceiros do Brasil, como os países do BRICS, por exemplo.

Futuras pesquisas poderão constatar, ainda, se a influência dos diversos grupos políticos em um período de governo é capaz de modificar a tradição histórica da política externa do país. Da mesma forma, sob um diferente enfoque, novos estudos poderão analisar períodos maiores de governo, buscando determinar o lapso temporal necessário para que um governo tenha capacidade de alterar o histórico de suas relações internacionais.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (projeto PRO-DEFESA--V3092454P) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do Programa JCNE – Edital nº 09/2025, Processo nº 314854.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. N. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência? **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, v. 15, n. 20, p. 245-273, 2008.

ARIPUTRO, A. B *et al*. Collaboration and Technology Transfer in the Defense Industry as Drivers of Innovation and Global Security Enhancement. **Physical Sciences, Life Science and Engineering**, v. 1, n. 3, p. 1-12, 2024.

ATHIRAH, N. From Diplomacy to Industry: Evaluating the Long-Term Impacts of Indonesia – Türkiye Defense Cooperation on Regional Stability. **Journal of Migration and Political Studies**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2025.

BALDINO, D.; CARR, A. Defence diplomacy and the Australian defence force: smokescreen or strategy? **Australian Journal of International Affairs**, v. 70, n. 2, p. 139-158, 2016.

BARROS, P. S.; GONÇALVES, J. B. Fragmentação da governança regional, o Grupo de Lima e a política externa brasileira. **Mundo e Desenvolvimento: Revista Do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 2, n. 3, p. 6-39, 2019.

BESSIMO, T.; NETO, O. A. The Brazilian Extreme-Right and China. **Journal of Politics in Latin America**, v. 16, p. 325-352, 2024.

BORGES, F.; MARTINS, L. M.; NAGUAL, F. As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023): continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3. **Revista Princípios**, n. 169, p. 25-46, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/publicacoes-politica-e-estrategia-nacional-de-defesa/2024-pnd-end.pdf/@@download/file. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Portaria EMAER/1GAB nº 136, de 7 de julho de 2025**. Aprova o Regimento Interno do Estado-Maior da Aeronáutica (RICA 20-8/2025). Brasília, DF: MDF, 2025b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Dados ostensivos da Seção de Cooperação Militar Internacional e Seção de Sobrevoo** - 2ª Subchefia. Brasília, DF: MDF, 2025c.

BROMMESSON, D.; EKENGREN, A.-M. What happens when a new government enters office? A comparison of ideological change in British and Swedish foreign policy 1991–2011. **Cooperation and Conflict**, v. 48, p. 27-33, 2013.

BROWN, A. *et al*. Understanding domestic consumer attitude and behaviour towards energy: a study on the Island of Ireland. **Energy Policy**, v. 181, art. 113693, 2023.

BRUMMER, K. **A Leader-Centered Theory of Foreign Policy Change**: U.S. Foreign Policy toward Cuba under Obama. Bristol: Bristol University Press, 2024.

BRYAN, J.; TAMA, J. The prevalence of bipartisanship in US foreign policy: an analysis of important congressional votes. In: FRIEDRICHS, G. M.; TAMA, J. (eds.). **Polarization and US Foreign Policy**: When Politics Crosses the Water's Edge. Cham: Springer, 2024. p. 189-218.

BUNYAVEJCHEWIN, P.; SIRICHUANJUN, K. How regime type and governance quality affect policy responses to COVID-19: A preliminary analysis. **Heliyon**, v. 7, n. 2, 2021.

CAI, D.-Y. *et al*. Research on the relationship between defense technology innovation and high-quality economic development: Gray correlation analysis based on panel data. **Managerial and Decision Economics**, v. 44, n. 7, p. 3867-3877, 2023.

CASARÕES, G.; BELÉM-LOPES, D. Foreign policy and transnational partisanship in Brazil. **Política y Sociedad**, v. 62, n. 2, e99351, 2025.

CASARÕES, G.; FARIAS, D. B. L. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, p. 741-761, 2021.

COELHO, A.; TREACY, M.; MELLO, B. The governments of Mauricio Macri and Jair Bolsonaro: ideology, pragmatism and foreign policy. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais**, v. 12, n. 24, p. 139-171, 2023.

DAI, J. *et al*. The combined analgesic effect of pregabalin and morphine in the treatment of pancreatic cancer pain, a retrospective study. **Cancer Medicine**, v. 10, n. 5, p. 1738-1744, 2021.

DIAS, G. T.; RIBEIRO, B. N.; FRANÇA, I. L. **Detention, death, and deportation**: (re) bordering Brazilian migrants under Bolsonarism and the pandemic. Campinas: IFCH, 2024.

DRAB, L. Defence diplomacy – an important tool for the implementation of foreign policy and security of the state. **Security and Defence Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 57-71, 2018.

DRAB, L. Defence Diplomacy of Selected States – Searching for a Universal Model of Defence Diplomacy. **Polish Political Science Yearbook**, v. 52, n. 3, p. 71-84, 2022.

ERFORTH, B. Multilateralism as a tool: Exploring French military cooperation in the Sahel. **Journal of Strategic Studies**, v. 43, p. 560-582, 2020.

GALINARI, T. N. A "Guinada à direita" e a nova política externa brasileira. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 190-211, 2019.

GANNON, J. A. Complementarity in alliances: how strategic compatibility and hierarchy promote efficient cooperation in international security. **American Journal of Political Science**, p. 1-21, 2025.

GIBSON, J.; STILLMAN, S.; LE, T. CPI bias and real living standards in Russia during the transition. **Journal of Development Economics**, v. 87, n. 1, p. 140–160, 2008.

GOLDONI, L. R. F.; NETO, M. D. Perspectivas da cooperação militar entre os BRICS. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18/19, p. 361-375, 2014.

GONÇALVES, F. C. N. I.; FERREIRA, L. T. The role of strategic partnerships for the development of the Brazilian Defense Industrial Base. **Coleção Meira Mattos**, v. 15, n. 52, p. 1-20, 2020.

GREENE, Z.; LICHT, A. Domestic politics and changes in foreign aid allocation: the role of party preferences. **Political Research Quarterly**, v. 71, p. 284-301, 2018.

GRGIĆ, G.; WILKINS, T. The modes and modalities of cross-regional security cooperation: innovations in alliance management and strategic coordination. **Australian Journal of International Affairs**, v. 79, p. 466-474, 2025.

GUIMARÃES, F. de S *et al*. Conspiracy theories and foreign policy narratives: globalism in Jair Bolsonaro's foreign policy. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 1, p. 272-289, 2023.

HAESEBROUCK, T.; JOLY, J. Foreign policy change: from policy adjustments to fundamental reorientations. **Political Studies Review**, v. 19, n. 3, p. 482-491, 2020.

HARUTYUNYAN, G. E.; DAVTYAN, A. G. Issues of international cooperation in defense industry: critical review. **Ars Administrandi**, v. 11, n. 2, p. 287-305, 2019.

HIRST, M.; VALLS PEREIRA, L. B. Making sense of United States–Brazil relations under Bolsonaro. **Latin American Policy**, v. 13, n. 2, p. 432-446, 2022.

HOFMANN, S. The party scene: new directions for political party research in foreign policy analysis. **International Affairs**, v. 97, n. 2, p. 305-322, 2021.

HULAND, G. From Bolsonaro to Lula: understanding Brazil's Passive Neutrality on Palestine and Israel. **Journal of Palestine Studies**, v. 53, n. 1, p. 104-115, 2024.

JESUS, D. S. V. de. The Strategy of Chaos: Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro (2019-2022). **International Journal of Social Science Studies**, v. 10, n. 6, p. 1-14, 2022.

JI, Y.; WU, X. The Enduring Sino–Russian Strategic Relations of Mutual Dependence—The Attribute of Military Cooperation. **Journal of Contemporary China**, v. 34, n. 155, p. 819-840, 2025.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. **The fundamentals of political science research**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

KENKEL, K. M. Military-military cooperation, regional integration and training for peacekeeping operations: Brazil and the Southern Cone. *In*: FÜRST, H.; KÜMMEL, G. (org.). **Core Values and the Expeditionary Mindset**: Armed Forces in Metamorphosis. Baden: Nomos, 2011. p. 149-165.

KEOHANE, D. **EU Military Cooperation and National Defense**. Washington, DC: The German Marshall Fund of the United States, 2018. (Policy Brief). Disponível em: https://ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/Keohane-24012018-GMF-EUMilitaryCooperationandNationalDefense.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

KINNE, B. Defense cooperation agreements and the emergence of a global security network. **International Organization**, v. 72, p. 799-837, 2018.

KINNE, B.; PEINHARDT, C. Bilateral treaty networks: assessing cooperative spillover in defense and investment. **Business and Politics**, v. 26, n. 3, p. 289-310, 2024.

LIMA, M. R. S. de; ALBUQUERQUE, M. A foreign policy oriented toward personal interests: An analysis of Bolsonaro's approach to multilateralism. **Latin American Policy**, v. 13, n. 2, p. 389-404, 2022.

LOU, C. U.S.–India defense cooperation: progress, motivation and constraints. **China International Strategy Review**, v. 6, p. 305-318, 2024.

MAHARJAN, R. K. Leveraging Military Diplomacy in Nepal's Foreign Policy. **Unity Journal**, v. 4, n. 1, p. 94-111, 2023.

MATOS, L. R. B.; PIETRAFESA, P. A. Andando entre gigantes: a convergência da política externa brasileira com a da China na Era Lula (2003-2010). **Brazilian Journal of International Relations**, v. 13, p. 1-24, 2024.

MCHUGH, M. L. The chi-square test of independence. **Biochemia Medica**, v. 23, n. 2, p. 143-149, 2013.

MCLEAN, E. V; WHANG, T. Designing foreign policy: voters, special interest groups, and economic sanctions. **Journal of Peace Research**, v. 51, n. 5, p. 589-602, 2014.

MERKE, F.; REYNOSO, D.; SCHENONI, L. L. Foreign Policy Change in Latin America: Exploring a Middle-Range Concept. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 3, p. 413-429, 2020.

MESQUITA, M. *et al*. A Inserção Chinesa na América do Sul (2013-2022): desafios geopolíticos e estratégicos para a política externa brasileira. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 13, p. 1-26, 2024.

MILANI, L. P. Brasil e Estados Unidos: cooperação em defesa e busca de autonomia (2003-2010). **Carta Internacional**, v. 16, n. 1, e1091, 2021.

MIRANDA, S. P. de. A "nova política externa brasileira" de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126-138, 2019.

MOREIRA, D. S. O. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na política externa (2016-2019). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, e47941, 2020.

MUNIRUZZAMAN, A. Defence Diplomacy: a Powerful Tool of Statecraft. **CLAWS Journal**, v. 13, p. 63-80, 2020.

MUTHANNA, K. A. **Enabling military-to-military cooperation as a foreign policy tool**: Options for India. New Delhi: United Service Institution of India Centre for Research, 2006.

OELSNER, A.; SOLMIRANO, C.; TASSELKRAUT, D. Defence Diplomacy in Argentina: finding new roles for the military in democracy. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 49, p. 270-285, 2024.

OLIVEIRA, M. A. G. de; SOUZA, D. R. O. de. The technological imperative in Brazil's military modernization. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 24, n. 2, p. 355-377, 2018.

PAUDEL, J. The Role of Military Diplomacy in Nepal's Foreign Policy. **Unity Journal**, v. 3, n. 1, p. 183-194, 2022.

PECEQUILO, C. S. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira De Politica Internacional**, v. 51, p. 136-156, 2008.

PERKOVIĆ, S.; FURLAN, B. Participation of Armed Forces in Foreign Policy: The Case of the Middle East. **Contemporary Military Challenges**, v. 27, p. 73-98, 2025.

RAUNIO, T.; WAGNER, W. The Party Politics of Foreign and Security Policy. **Foreign Policy Analysis**, v. 16, p. 515-531, 2020.

REZENDE, L. B. de; BLACKWELL, P.; DEGAUT, M. Brazilian National Defence Policy: foreign policy, national security, economic growth, and technological innovation. **Defense & Security Analysis**, v. 34, p. 385-409, 2018.

REZENDE, L. P. Sobe e Desce. Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul. **Revista InterAção**, v. 8, n. 8, 2015.

ROBINSON, O. U. Military Alliances and Cooperation: The African Experience. **AKSU Journal of Management Sciences**, v. 10, n. 1, p. 230-240, 2025.

RODRIGUES, P.; URDINEZ, F.; OLIVEIRA, A. de. Measuring international engagement: systemic and domestic factors in Brazilian foreign policy from 1998 to 2014. **Foreign Policy Analysis**, v. 15, n. 3, p. 370-391, 2019.

ROSENDORF, O. Alliance Complements or Substitutes? Explaining Bilateral Intergovernmental Strategic Partnership Ties. **Czech Journal of International Relations**, v. 58, n. 3, p. 7-41, 2023.

SARAIVA, M. G. The democratic regime and the changes in Brazilian foreign policy towards South America. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 3, e0001, 2020.

SAWICKA, M. The curious case of vandals: Brazil's environmental and regional policies in the Bolsonaro years. **Third World Quarterly**, v. 46, p. 38-58, 2024.

SILVA, Á. V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019.

SMITH, J. M. The politics of dispute settlement design: explaining legalism in regional trade pacts. **International Organization**, v. 54, n. 1, p. 137-180, 2000.

THÉRIEN, J.; NOËL, A. Political Parties and Foreign Aid. **American Political Science Review**, v. 94, p. 151-162, 2000.

TONI, A.; CHAVES, C. F. Bolsonaro's far-right populist environmental and climate diplomacy. **Latin American Policy**, v. 13, p. 464-483, 2022.

TOSCANO, D. Os padrões da cooperação educacional – o caso dos Estados Unidos-Brasil, e Fulbright-CAPES. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 15, n. 144, p. 24-31, 2014.

TSEBENKO, O. *et al*. Modern Military Alliances: The Specifics of Their Formation and the Prospects of Their International Political Impact. **Studia Europejskie – Studies in European Affairs**, v. 28, n. 4, p. 107-126, 2024.

VAN KLAVEREN, A. La crisis del multilateralismo y América Latina. **Análisis Carolina**, n. 10, p. 1, 2020.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 20, p. 1-16, 2019.

VIDIGAL, C. E.; BERNAL-MEZA, R. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 15, n. 2, p. 11-26, 2020.

WAISBICH, L.; MAGLIA, C. The Rebirth of the Global South in Foreign Policy Discourse and Debates: The Case of Brazil. **Forum for Development Studies**, v. 52, p. 257-283, 2025.

WAISBICH, L. T.; LUIZ, J. R.; FARIA, C. A. P. de. The rise and fall of Brazil as a "policy exporter": From Lula Da Silva to Jair Bolsonaro. *In*: OLIVEIRA, O. P.; ROMANO, G. C. (org.). **Brazil and China in knowledge and policy transfer**: agents, objects, time, structures and power. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 75-106.

WAJNER, D. F.; WEHNER, L. Embracing or Rebuffing "the International"? Populist Foreign Policy and the Fourth Wave of Populism in Latin America. **Global Studies Quarterly**, v. 3, n. 2, ksad026, 2023.

WANG, A. H.-E. *et al*. High-level visit and national security policy: evidence from a quasi-experiment in Taiwan. **International Interactions**, v. 49, n. 1, p. 132-146, 2023.

WENZELBURGER, G.; BÖLLER, F. Bomb or build? How party ideologies affect the balance of foreign aid and defence spending. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 22, p. 23, 2020.

ZAMBELLO, A. V.; SILVA, I.; DI CARLO, J. Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas: entrevista com Alvaro Bianchi. **Em Tese**, v. 18, p. 67-79, 2021.

ZOU, W. Balancing Act: The Dual Role of Military Alliances in Contemporary International Relations. **Lecture Notes in Education Psychology and Public Media**, v. 53, n. 1, p. 118-126, 2024.